

Povos indígenas no ensino de história: uma análise da relação entre a produção acadêmica e o ensino escolar

Edilene Pereira Vale*

Resumo

Este texto pretende refletir acerca da História indígena e o ensino nas escolas públicas de São Luís do Maranhão. Para tanto, propõe-se a observar como os nativos são representados nos livros didáticos utilizados nas principais escolas estaduais da cidade de São Luís, a partir de conceitos e sob quais condições as abordagens presentes nestes manuais lhes conferem um lugar histórico. Nos últimos anos, as produções acadêmicas reavaliaram a participação do índio na colonização dando-lhe um papel de sujeito ativo nos processos históricos, porém cabe observar se este conhecimento chega ao ensino básico. Uma relação entre a recente historiografia e o conhecimento histórico produzido sobre os indígenas nos livros didáticos parece ser um caminho para identificar formas e conteúdos utilizados no processo de ensino e aprendizagem. Com esse trabalho pretendo encontrar um caminho de intercessão entre essas duas linguagens.

Palavras-chave: História indígena. Ensino de história. Livros didáticos.

Abstract

This text intends to reflect on Indian history and teaching in the public schools of São Luís do Maranhão. Therefore, it is proposed to observe how the Indian is represented in textbooks used in the main state schools of the city of São Luís, based on concepts and under what conditions the approaches present in these manuals give them a historical place. In recent years, academic productions have reassessed the participation of Indians in colonization, giving them a role as an active subject in historical processes, but it is necessary to observe if this knowledge reaches basic education. A relation between the recent historiography and the historical knowledge produced about the Indians in textbooks seems to be a way to identify forms and contents used in the process of teaching and learning. With this work I intend to find a way of intercession between these two languages .

Keywords: Indian history. History teaching. Didatic books.

Introdução

Este trabalho trata da História indígena e o ensino nas escolas públicas de São Luís do Maranhão. Para tanto, propõe-se a observar como as populações indígenas¹ são representadas nos livros didáticos utilizados nas principais escolas estaduais da cidade de São Luís, a partir de conceitos e sob quais condições as abordagens presentes nestes manuais lhes

* Mestranda no Programa de Pós-graduação em História, Ensino e Narrativas – PPGHEN da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. São Luís/MA.

¹ Com os novos estudos sobre história indígena, alguns termos passaram a ser problematizados, como “Índio”, por exemplo, considerado muito amplo e genérico e que turva a percepção de que os povos indígenas são diferentes entre si. O equívoco de Cristóvão Colombo, que imaginou ter desembarcado nas Índias, acabou por classificar e homogeneizar o que era de fato – e ainda é – uma diversidade de etnias. Trata-se de diversas culturas, singulares e dinâmicas, em constante transformação (WITTMANN, 2015, p. 15).

conferem um lugar histórico. Os livros analisados neste texto foram publicados após a regulamentação da lei 11.645/2008, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura indígena no ensino básico.

Ao ingressar na docência na rede particular e pública, como professora de História do ensino fundamental e médio me inquietou o espaço e abordagem dada pelo currículo escolar de História às populações indígenas, restritos basicamente à “Colonização da América pelos portugueses”, especificamente quando se trata do escambo com os portugueses, catequização e escravidão. Nesse ensino, além dos indígenas serem “diluídos” pelo mundo colonial, desaparece da história.

Contudo, quando se trata da História indígena local, as dificuldades na abordagem do tema são maiores, uma vez que muitos ainda possuem uma visão ultrapassada acerca da participação indígena na formação social, econômica e territorial do Maranhão. Essa realidade se agrava ainda mais pela carência de materiais destinados ao ensino básico que abordem a história dos nativos do Maranhão. Tem-se acesso a uma visão geral da presença indígena na história do Brasil, mas acerca do papel dos indígenas na história do Maranhão ainda há muito a ser produzido.

Quando se refere ao período colonial, por exemplo, na maioria dos casos, não se dá ênfase aos movimentos de resistência protagonizados pelos indígenas, nem as alianças que faziam com os europeus, as atividades desenvolvidas por eles nos serviços públicos e particulares, na cidade e nas fazendas, ou mesmo o papel que tiveram como mensageiros na comunicação entre as autoridades locais. Isso sem falar nos aspectos da formação cultural.

Essa história, no âmbito acadêmico e escolar ainda precisa ser explorada, analisada e difundida. O silêncio e a falta de problematização sobre o tema nas escolas do Maranhão, promovida seja pela escassez de pesquisas ou mesmo pela ausência de uma formação continuada dos professores resultam em um “permanente estado de desconhecimento, a manutenção de preconceitos, equívocos, desinformações, estereótipos e intolerância generalizadas em relação aos nativos, inclusive entre os educadores” (SILVA, 2012, p. 5).

Um novo olhar sobre os indígenas é de suma importância para um ensino qualitativo, seja no meio acadêmico ou escolar, não só pela promoção de uma atualização acerca dos debates que norteiam o tema no âmbito dos estudos especializados, mas também

porque potencializa os discentes da universidade e rede escolar a perceber os povos indígenas como sujeitos protagonistas de sua História e da formação sociocultural e territorial do Brasil.

História e ensino: um diálogo a ser estreitado

Nos últimos anos, as produções acadêmicas reavaliaram a participação das populações indígenas na colonização dando-lhe um papel de sujeito ativo nos processos históricos, porém cabe observar se este conhecimento chega ao ensino básico. Portanto, essa pesquisa propõe-se a realizar um estudo entre a produção do conhecimento acadêmico e o escolar, a fim de analisar o papel dado a esses sujeitos históricos nesses dois campos de estudos. Para tanto, comparo a recente historiografia dedicada ao tema com o conhecimento histórico produzido nos livros didáticos utilizados nas principais escolas estaduais da cidade de São Luís, a fim de encontrar um caminho de intercessão entre essas duas linguagens.

Esses dois saberes, história acadêmica e história escolar, apesar de suas especificidades buscam promover uma visão de mundo crítica. Para tanto é preciso construir leituras sobre o mundo e sobre si capazes de favorecer o sentimento de identidade e, ao mesmo tempo, a capacidade crítica para reconhecer e lidar com as diferenças e situá-las no tempo (ROCHA, MAGALHÃES; GONTIJO, 2009, p. 16).

Dessa forma, pode-se dizer que “o objeto da história escolar é ensinar/aprender a pensar historicamente, rompendo com as naturalizações e abrindo o horizonte de expectativas” (ROCHA, MAGALHÃES; GONTIJO, 2009, p. 16). Com isso a história assume um papel importante para o aluno, despertando a consciência histórica e o senso crítico diante da sua própria realidade e ampliando sua visão de mundo.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s, os alunos possuem como uma das competências “Construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica, a partir do reconhecimento do papel do indivíduo nos processos históricos, simultaneamente, como sujeito e como produto dos mesmos” (2010). Logo, os alunos podem construir um conhecimento sobre si mesmo e sobre o outro, reconhecendo-os como sujeitos de sua história e participantes da história de seu tempo. Nesse sentido que a pesquisa se insere, em levar ao reconhecimento do papel dos indígenas como sujeitos e participantes em nossa história.

Por muito tempo, na historiografia clássica², os indígenas foram apresentados como sujeitos de cultura “pura” e com características “originais” que, a partir do contato com o europeu, passou por um processo de assimilação cultural com a progressiva perda de seus costumes. Nessa história, os nativos foram apresentados como vítimas, passivos ou até mesmo relevantes no processo de colonização, sem quaisquer sinais de resistência. Na perspectiva assimilacionista³, os nativos, integrados a colonização, eram identificados como:

“aculturados”, vítimas de um sistema que, ao incorporá-los, iniciava um processo de descaracterização étnica e perdas culturais progressivas que o conduziria à ausência de identidade e ao assimilacionismo, deixando, portanto, de constituir uma categoria social específica digna da investigação por parte dos historiadores (ALMEIDA, 2000, p.1).

Entretanto, a partir do final do século XX, essa visão historiográfica sofreu profundas mudanças. Os indígenas passaram a ser vistos como agentes históricos, adquirindo uma participação ativa no processo de colonização. Essa nova interpretação se deu graças aos autores revisionistas da historiografia indígena. Refiro-me, especialmente, a John Monteiro (1994) com sua obra sobre os indígenas da capitania de São Paulo, Maria Regina Celestino de Almeida (2000) acerca dos indígenas aldeados no Rio de Janeiro colonial e Almir Diniz de Carvalho Júnior (2005) em seu trabalho sobre os índios cristãos na Amazônia Portuguesa.

Especificamente na década de 80, temos o crescimento do número de pesquisas impulsionadas pelos Programas de Pós-graduação no Brasil. Com base em novos aportes teóricos, esses trabalhos reavaliaram a participação indígena na História do Brasil, imprimindo-lhes um papel de sujeitos ativos no processo histórico. Começamos a despertar para novas formas de olhar e compreender a vida, cultura e participação histórica de nossos aborígenes. “Isso se deu, especialmente, com a publicação de livros, resultantes de teses,

² Refiro-me principalmente a Capistrano de Abreu, *Francisco Adolfo de Varnhagen*, Caio Prado Jr., Fernando Novais e Sérgio Buarque de Holanda.

³ Maria Celestino de Almeida afirma que essa perspectiva, predominante pelo menos até a segunda metade do século XX, concebe a cultura dos povos indígenas como pura e imutável pelos antropólogos que se preocupavam com suas características originais e autênticas, ignorando os vários processos históricos e interações dinâmicas entre povos indígenas e não indígenas. Esses processos históricos foram vistos como propulsores de perdas culturais, às quais levariam aos poucos ao desaparecimento total destes povos enquanto categoria (2000, p.1).

dissertações, trabalhos monográficos e extensão, não esquecendo o maior acesso a arquivos antes inexplorados”⁴.

Na década de 80 tivemos ainda uma verdadeira explosão de estudos sobre os escravos e a escravidão, sobre os cristãos novos e a Inquisição, as mulheres, os pobres, os “desclassificados”, enfim, um vasto elenco de novos personagens, que passaram a desfilar no palco da história brasileira, junto com novas perspectivas sobre a história social, demográfica, econômica e cultural. (MONTEIRO, 2001, p. 7).

Dentre esses novos atores destacam-se os indígenas e um dos motivos que levou ao crescimento do número de pesquisas sobre estes povos é que no século XX houve uma discussão sobre os “direitos indígenas, enquanto direitos *históricos*, sobretudo territoriais. E isso estimulou importantes estudos que buscavam nos documentos coloniais os fundamentos históricos e jurídicos das demandas atuais dos indígenas ou, pelo menos, dos seus defensores” (MONTEIRO, 2001, p. 5 a 6)⁵.

Dentro desses novos estudos sobre os nativos, o livro “*Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*”, de John Monteiro, apesar de centrar seus estudos no estado de São Paulo, contribuiu decisivamente para uma reavaliação e discussão do papel dos indígenas na história social e econômica da colônia. Sua posição historiográfica defende que “a dinâmica interna do Brasil indígena teve suficiente profundidade e densidade histórica e que muitas vezes foi a consciência de um passado indígena que forneceu as bases para uma ação perante a situação historicamente nova da conquista” (MONTEIRO, 1994, p. 18).

John Monteiro ainda mostra como “todos os aspectos da formação da sociedade e da economia paulista durante seus primeiros dois séculos se confundem, de modo essencial, com os processos de integração, exploração e destruição de populações indígenas trazidas de outras regiões” (1994, p. 9). Logo, percebemos a centralidade da participação indígena na

⁴ Até a primeira metade do século XX, a história do Brasil era escrita, com poucas exceções, por autores que enfatizavam alguns acontecimentos que pareciam mais importantes – Descobrimto, Capitãrias Hereditárias, Guerra Holandesa, Entradas e Bandeiras, Independência, Abolição e Proclamação da República -, sem estabelecer um nexo maior entre estes acontecimentos e a sociedade que fora gerada pela colonização e pela miscigenação. (ANDRADE, 2008, p. 19).

⁵ Estes figuram com destaque entre os primeiros exemplos deste renovado interesse pela história dos índios alguns dossiês e laudos antropológicos que buscavam dar substância às reivindicações de grupos tais como os Potiguara da Baía da Traição, os Xocó de Sergipe e os Pataxó do sul da Bahia, entre outros (MONTEIRO, 2001, p. 5 a 6).

formação da sociedade e economia colonial, pois em todos os processos os nativos estavam presentes, mesmo que, em vários casos, de modo negativo para eles.

Ao invés de vítimas passivas de um processo de perdas culturais sucessivas que os conduzia inevitavelmente à extinção étnica e cultural, os índios inseridos no império colonial português e, mais tarde, no império brasileiro, podem ser vistos como agentes sociais ativos neste processo (ALMEIDA, p. 201).

Essa mudança é acarretada também pelo maior acesso a fontes documentais, conseqüentemente aos arquivos, tanto no Brasil, quanto em Portugal. Isso nos fez conhecer de forma “mais próxima” a relação entre o nativo e a política colonizadora.

Vale ressaltar que essa mudança na historiografia não desconsidera a extrema violência, os imensuráveis prejuízos e o alto índice de mortalidade causada aos índios pela conquista e colonização, como afirma Almeida:

É possível perceber, através da documentação interpretada à luz das novas concepções interdisciplinares, que os índios foram também agentes de seu processo de metamorfose e encontraram diferentes meios de rearticular suas culturas, identidades e histórias para sobreviverem às diversas relações de contato que estabeleceram na colônia e no império (2017).

Assim, o papel central que os indígenas ocuparam na colonização, o desenvolvimento e declínio da escravidão indígena passaram a ser considerados e ricamente explorados. “Tais análises demonstraram que as principais estruturas da sociedade colonial surgiram de um processo específico com parcela das nações nativas submetidas a uma estrutura cuja finalidade era controlar e explorar a mão de obra indígena” (MONTEIRO, 1994, p. 9). A partir daí, podemos considerar que nos primeiros anos da colonização, a formação da sociedade colonial se deu, em grande parte, pela participação indígena, sendo objetivo dos colonizadores explorarem sua mão de obra. Todavia, a participação do nativo se dá de múltiplas formas, não se reduzindo somente ao controle e utilização da sua força de trabalho.

Como foi colocado, a forma de olhar os povos indígenas passou por profundas mudanças, graças ao interesse de alguns autores em investigar, revisar, problematizar e elaborar uma nova história sobre a atuação histórica desses sujeitos. Se antes eram vistos

como figurantes, agora são compreendidos como atores e agentes históricos. Todavia, cabe questionar se este conhecimento acadêmico chega ao ensino básico, seja nos materiais utilizados ou através dos professores. De fato, “o ensino seria melhor na medida em que mais semelhante, coerente e atualizado fosse em relação à produção científica contemporânea” (MONTEIRO, 2003, p. 10).

Por muito tempo a história indígena não recebeu um grande destaque na sala de aula, porém nos últimos anos, graças à luta por mais espaços em todos os âmbitos da sociedade de vários grupos sociais e pela necessidade de estudar a contribuição de vários povos para nossa história, houve a precisão de se buscar formas para discutir e valorizar a história cultura dos mesmos. E um dos espaços elencados para ter esse maior conhecimento são as escolas.

Com isso os currículos escolares tiveram algumas mudanças através, sobretudo, da Lei 11.645 de março de 2008, que tornou obrigatório a inclusão da história e cultura indígena. A referida lei:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, na qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Estarão incluídos diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

A normatização reflete um pouco da realidade do ensino sobre os indígenas, em todos os níveis da educação, marcado pela ignorância quando se trata do assunto que resultam em distorções a respeito dos indígenas. Portanto, “a lei supera essa lacuna na formação escolar contribuindo para o reconhecimento e inclusão das diferenças étnicas dos povos indígenas, para se repensar em um novo desenho do Brasil em sua sociodiversidades” (SILVA, 2012, p. 5-6).

A instauração dessa lei objetiva uma mudança no que tange à compreensão da construção do Brasil, uma vez que “visa mostrar que os grupos étnicos – indígena e negro – assim como os europeus exerceram influência na história brasileira, sobretudo nas áreas

social, política e econômica, o que constata a necessidade de serem estudadas na educação básica” (GOULARTE, 2013, p. 39). Logo, pretende-se conscientizar os alunos desde a educação básica a contribuição desses povos para nossa história.

É perceptível que a lei 11.645/2008 deixa algumas lacunas, pois não esclarece quais temáticas e conceitos serão abordados sobre os nativos e não expõe como esses docentes trabalharão, se o estado ou município oferecerão materiais de apoio, formações continuadas para melhorar a capacitação dos profissionais. E nem menciona algum órgão que fiscalizará se a lei estará sendo cumprida. A inclusão desses conteúdos nos currículos escolares deve ocorrer de várias formas:

Com a contribuição de especialistas, a participação dos próprios sujeitos sociais na formação de futuros/as docentes, na formação continuada daqueles que discutem a temática indígena em sala de aula, na escola e que atuam na produção de subsídios didáticos em todos os níveis. Sejam nas universidades, nas secretarias estaduais e municipais. Só a partir disso é que deixaremos de tratar as diferenças socioculturais como estranhas, exóticas e folclóricas. Reconhecendo em definitivo os índios como povos indígenas, em seus direitos de expressões próprias que podem contribuir decisivamente para a nossa sociedade, para todos nós (SILVA, 2012, p. 5-6).

Como consequência da criação da lei, estes conteúdos devem aparecer nos livros didáticos, visto que ainda é um dos instrumentos mais utilizados por professores e alunos nas escolas. O livro didático continua sendo material didático referencial dos professores, pois “pais e alunos que, apesar do preço, consideram-no referencial básico para estudo; e em todo o início do ano letivo as editoras continuam colocando no mercado uma infinidade de obras, diferenciadas em tamanho e qualidade” (BITTENCOURT, 2002, p.71).

Os índios nos livros didáticos: conceitos e abordagens

Em muitas escolas do Brasil o livro didático é o único meio que o professor e seus educandos possuem como acesso a um material de suporte diferenciado para realizarem suas pesquisas, pois em muitos lugares nem mesmo o livro didático é uma realidade (INSAURRIAGA; JARDIM, 2015, p. 113). Com isso, é essencial que estes materiais estejam atualizados quanto à história acadêmica, não trazendo uma história com estereótipos ou visões simplificadas. “O diálogo entre a academia e produção de materiais didáticos precisa ser bem mais estreitados, sob pena de reproduzirmos uma espécie de divórcio que se delinea entre

dois setores de uma mesma matriz do conhecimento: a história “científica” e a história dos manuais escolares” (FERREIRA; FRANCO, 2008, p. 82).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são documentos oficiais que norteiam o sistema educacional do país. “É a partir deles são preparados os planejamentos das escolas e os critérios de avaliação dos livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro (PNLD)” (GOULARTE, 2013, p. 35). A partir do PNLD os manuais didáticos passam por uma avaliação e são aprovados somente se obedecerem todos os critérios do programa.

Portanto, é importante observar o livro não só como um instrumento de suporte pedagógico, mas como um objeto complexo que se relaciona com o contexto em que foi produzido e suas exigências, com o mercado, com as políticas educacionais e como veículo portador de um sistema de valores. Além disso, também envolve diversos sujeitos no seu processo tanto de fabricação, como de consumo (BITTENCOURT, 2002).

Isso significa que a produção do livro didático traz a tona uma diversidade dos sujeitos que dela participam: autores, editores de texto, editores de arte, redatores, preparadores de texto e revisores, leitores críticos, consultores, pessoal de publicidade e marketing, divulgadores e etc. (MUNAKATA, 2012, p. 187). Portanto, não devem ser estudados sem ligação com as normas exigidas na produção dos livros didáticos de cada período, pois a partir delas as editoras passam a se adequar as exigências e assim ter qualidade nas abordagens e exposição dos conteúdos e boa aceitação no mercado editorial.

Um exemplo disso é a própria promulgação da lei 11.645/2008, por conta dela todos os livros deveriam possuir conteúdos referentes à “Cultura e História Afro-brasileira e indígena”. Bem mais que conter esses assuntos, as abordagens devem levar o estudante a reconhecer a importância e atualidade da história e cultura desses povos.

“Mais do que procurar vítimas ou culpados, mocinhos ou bandidos, estamos à procura dos discursos textuais que marquem uma ruptura com essa visão dicotômica e contribuam para que o educando compreenda que tais relações foram construídas por sujeitos históricos e foram, portanto, frutos de negociações, de resistências e também de conformações; que esses encontros não aconteceram apenas em um momento específico e reapareceram em outros (por exemplo, durante a montagem da colonização e, depois, nas lutas pela demarcação de terras), e sim que estão presentes no fluxo contínuo da própria história. Queremos interrogar o livro didático também sobre a capacidade de enunciar para os estudantes as permanências e as discontinuidades das tensões sociais no Brasil” (SILVA, 2012, p.59).

Então, o que se busca nos livros didáticos são textos que mostrem novas visões sobre os indígenas, que superem a visão dicotômica entre “bom” e “mal”, que mostre toda a dinâmica das relações entre esses povos e que sua participação na história não se restrinja somente ao período da colonização. Nesse sentido, para investigar como esse assunto, a história e cultura dos povos indígenas, é passado nas escolas, será feita uma análise de três livros didáticos de história destinados ao 2º ano do ensino médio, cuja seleção baseou-se na escolha e utilização dos materiais pelas escolas estaduais de São Luís, são eles: *Novo Olhar História* da editora FTD (2010), *Conexões com a História* da editora Moderna (2013) e *Ser Protagonista* da editora SM (2010).

O primeiro livro *Novo Olhar História* trata das populações indígenas no capítulo “Conquista e colonização portuguesa na América”, os nativos são citados somente em uma página durante a explicação sobre a exploração do pau-brasil através do escambo com os portugueses; nas relações entre europeus e indígenas; formas de resistência; e catequização. “No primeiro tópico, que se fala do escambo, seria importante destacar que toda produção dependeria de uma relação amistosa com os indígenas, não apenas para assegurar a troca, mas, sobretudo para o abate das árvores e seu aparelhamento” (OLIVEIRA, 2014, p. 178).

Nas relações entre europeus e povos indígenas, os autores defendem de maneira simples que as relações entre os dois grupos se alteraram a partir da exploração do açúcar, devido a grande demanda por mão de obra, invasão de terras e consequente desestruturação de suas instituições sociais. É como se antes disso não tenha existido nenhum tipo de conflito entre as duas partes.

As formas de resistência indígena só será abordada em um box na mesma página, sendo mecanismos de resistir à opressão e à violência, promovendo ataques aos engenhos e vilas, travando grandes guerras contra os europeus e outros devido a inferioridade tecnológica, optavam pelas migrações para o interior como forma de resistência⁶. Apesar do pouco espaço, falar das formas de resistência dos indígenas em um livro didático já se torna um ponto bem positivo no material citado, assim os alunos podem entender que os nativos

⁶ As fugas podem ser compreendidas como uma “estratégia coletiva” de defesa contra a opressão e exploração exacerbada exercida pelos portugueses. De fato, “fuga e violência estavam comumente associadas”. Isso é comprovado pelos escritos dos missionários que, frequentemente, queixavam-se dos moradores serem os principais responsáveis pelas “fugas em massa para os sertões” e de que os índios fugidos formavam aldeias no sertão, denominadas de “mocambo indígena” (CHAMBOULEYRON, 2009).

também elencaram movimentos de resistência, não aceitando pacificamente o domínio europeu.

Outro assunto, a *Catequização dos indígenas*, os autores mostram o interesse dos jesuítas de catequizar os nativos, adaptando-os aos hábitos e costumes europeus. É falado também dos aldeamentos que eram chamados de missões, porém não é exposto o conceito das missões, como funcionavam e sobre a vida dos indígenas nesses aldeamentos. O livro mostra que a atuação dos missionários contribuiu para desestruturação das sociedades, tirando a sua autonomia.

Seria válido, neste ponto serem elencadas as novas visões que a historiografia tem sobre o processo de catequização dos nativos. Segundo essas interpretações, o processo de evangelização dos indígenas não é visto como uma simples imposição – positiva ou negativa – do colonizador sobre uma massa amorfa e indefesa de indivíduos inconscientes da catástrofe que se lhes abatia.

Fugindo-se do binarismo vencedor x vencido (criticado com veemência), vê-se na evangelização, mais do que uma imposição, um complexo processo de traduções mútuas, no qual os missionários europeus liam as práticas e discursos indígenas com chaves de interpretação retiradas dos textos bíblicos e do paganismo clássico, enquanto os próprios índios percebiam os missionários como seres semelhantes aos seus pajés e caraíbas, com extraordinários poderes de cura e de comunicação com a alteridade (POMPA, 2004, p. 210-211).

O livro *Conexões com a História* da editora Moderna, apesar de ser o mais recente dos três, é o que menos aborda a participação dos indígenas na história do Brasil. São destinados somente pequenos espaços quando se trata do “Império colonial português”, vale ressaltar que são espaços separados e sem nenhuma ligação com o corpo do texto, há um texto extra e dois boxes.

O texto extra é um trecho do livro *Viagem à terra do Brasil* de Jean de Léry, abordando a retirada do pau-brasil pelos índios, chamados de “selvagens” e trocam seu trabalho por roupas, chapéus, facas, entre outras coisas. Não há nenhuma discussão sobre essa citação. Há somente uma imagem do mapa do Brasil de 1556 de autoria dos cartógrafos italianos Giovanni Ramusio e Giacomo Gastaldi, mostrando os nativos retirando o pau-brasil no litoral da colônia portuguesa.

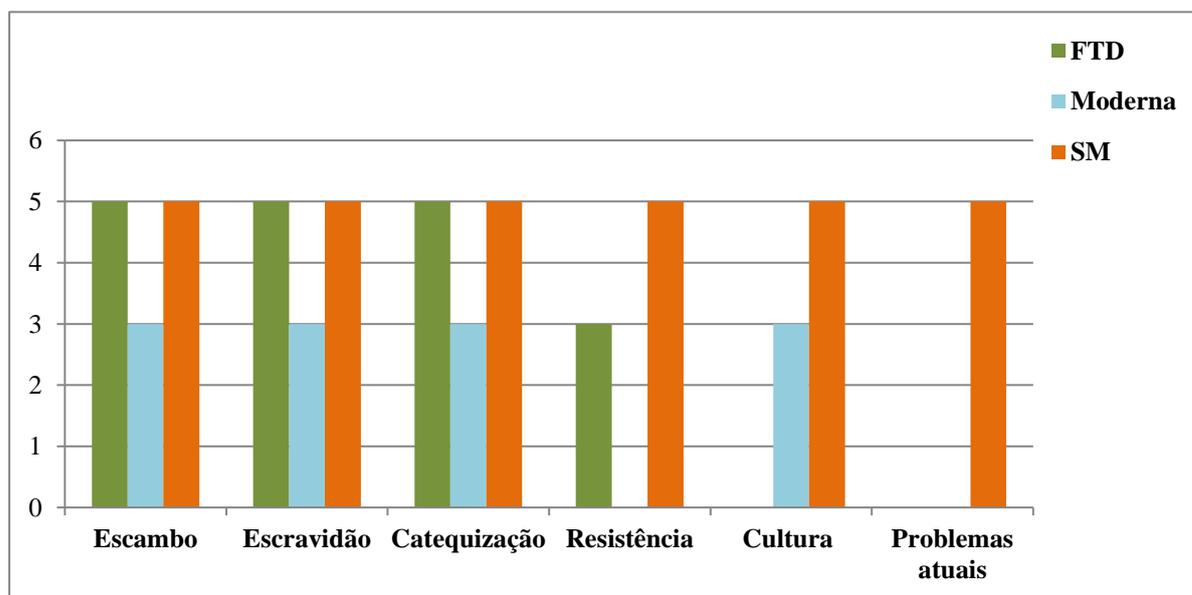
Após duas páginas, quando se trata das invasões francesas na capitania do Rio de Janeiro e Maranhão, existem dois boxes *Os costumes dos Tupinambás* e *A grafia dos nomes dos povos indígenas*. É perceptível nesses dois boxes o desejo maior de apresentar curiosidades sobre os povos indígenas, do que falar de maneira mais aprofundada sobre a sua história e contribuições.

Dos três manuais didáticos, o que mais se destaca é o *Ser Protagonista* da Editora SM, nele é destinado um capítulo somente para falar dos povos indígenas do Brasil. Nesse capítulo é apresentada a grande diversidade de povos indígenas e as várias famílias linguísticas existentes no século XVI. Além disso, é abordado a família dos Tupis-Guarani e os vários aspectos da cultura indígena, como a espiritualidade, arte, adornos usados, utensílios do cotidiano, pintura corporal, entre outros.

No final do capítulo há ainda uma seção especial *Ontem e hoje*, no qual trata da *Questão das terras indígenas no Brasil*. A importância dessa discussão é que os alunos podem observar como a questão indígena está presente nos dias atuais, relacionando sua história na colonização com alguns problemas vividos pelos indígenas hoje, como o acesso a terra. No final da página há duas questões a serem discutidas pelos colegas em sala.

Na página seguinte há um *Dossiê*, que trata de forma aprofundada sobre um dos assuntos do capítulo, no caso *O mito da passividade guarani*. Nessa parte é interessante, pois o autor faz uma discussão entre a visão sobre os Tupi da historiografia clássica e da historiografia recente, no qual é apresentado a visão de um dos maiores autores da História indígena, John Monteiro.

A seguir apresento um gráfico mostrando a ocorrência de alguns temas nos livros didáticos analisados, para podermos observar a situação geral de como a história indígena aparece nos manuais utilizados nas escolas:



Os temas encontrados nos livros analisados das editoras FTD, Moderna e SM foram: o *escambo*, *escravidão*, *catequização*, *resistência*, *cultura* e *problemas atuais*. Atribuí a nota 5 para os livros que apresentam o tema de maneira mais profunda, a nota 3 para os que tratam da temática de maneira superficial, principalmente somente através de box, e às vezes sem relação com o corpo do texto, e a nota 0 para os livros em que não aparecem os temas. Podemos observar que o livro que mais aborda temáticas envolvendo os indígenas é o livro da editora SM, desde a utilização da mão de obra indígena até sua cultura e problemas atuais envolvendo os mesmos. Já o livro da FTD apresenta somente algumas das temáticas e o da editora Moderna é que menos aborda e a maioria dos assuntos são apresentados em boxes.

Considerações finais

É perceptível que dos três livros o que mais contempla a história indígena é o terceiro livro da editora SM, tanto do ponto de vista dos textos, imagens e atividades que são apresentadas e também pelo maior espaço que é dado, pois os mesmos ainda aparecem quando se trata da colonização da América portuguesa, apresentando as suas relações com os colonizadores, principalmente as formas de resistência e as dificuldades encontradas na catequização.

Em geral, a história dos povos indígenas aparece somente nos livros do segundo ano do ensino médio, que abordam a história do Brasil desde a colonização até o período imperial. E frequentemente os nativos aparecem de forma breve somente no período colonial, após isso, não encontramos mais nada referente aos índios em outros momentos da nossa História, como no Império, República e Brasil contemporâneo. “Por conta da periodização da História tendo como marcos divisórios fatos políticos, toda a narrativa passa a ser conduzida por eles, mesmo quando se inserem temas da História Econômica, Social, da Arte, entre outros” (ABUD, 2011, p 170).

“O peso de conhecimentos que se tornaram obrigatórios por força da tradição escolar vem, dessa forma, anulando as possibilidades de inovação ao ensino de História” (ABUD, 2011, p 170), com isso, muitos temas vêm sendo deixados de lado, como é o caso da história indígena, o que dificulta uma renovação no ensino.

Logo, “é necessário que professores e alunos busquem renovação dos conteúdos, a construção de problematizações históricas, a apreensão de várias histórias lidas a partir de distintos sujeitos históricos, das histórias silenciadas, histórias que não tiveram acesso à História” (SCHMIDT, 2005, p. 299). Assim teremos uma história que elenque diferentes sujeitos e temáticas que até então eram esquecidas.

Referências bibliográficas

ABUD, Katia Maria. *A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 163- 171, out./ dez. 2011: Editora UFPR.

ANDRADE, de Manoel Corrêa. Prefácio. In: CABRAL, Maria do Socorro Cabral. *Os Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão*. 2º Ed. São Luís: EDUFMA, 2008.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios Aldeados no Rio de Janeiro Colonial: novos súditos cristãos do império português*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=381&sid=51>>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. *Conexões com a História*. São Paulo: Moderna, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 3 de maio de 10 de março de 2008.

CAPELLARI, Marcos Alexandre; NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes (orgs). *Ser Protagonista*. São Paulo: editora SM, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Fugas, ‘corso’ e bexigas. Escassez de mão-de-obra indígena na Amazônia seiscentista. *XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*. Porto, 2009 – http://web.letras.up.pt/aphes29/data/4th/RafaelChambouleyron_Texto.pdf

DIAS, Adrian Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINE, Marco Cesar. *Novo Olhar História*. São Paulo: FTD, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. *Desafios do ensino de história*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p. 79-93, jan-junho de 2008.

GOULARTE, Raquel da Silva; MELO, Karoline Rodrigues de. A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental. *Entretextos*, Londrina, v.13, nº 02, p. 33- 54, jul./dez. 2013.

INSAURRIAGA, Mariana Mirapalheta; JARDIM, Rejane Barreto. Entre textos e imagens: ensino de história uma abordagem generificada dos livros didáticos dos anos noventa e dois mil, do acervo do LEH/UFPEL. *Aedos*, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 112-130, Jul. 2015.

MONTEIRO, Ana Maria F. C.. *A história ensinada: algumas configurações do saber escolar*. História & Ensino, Londrina, v.9, p. 37-62, out. 2003.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (Concurso de livre docência). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MUNAKATA, Kasumi. *O Livro Didático: alguns temas de pesquisa*. In: Ver. Bras. Hist. Educ. Campinas, SP, v. 12, n. 3, p. 179-197, set/dez. 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial 1443-1580*, vol. 1, 1º Ed., Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2014.

Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s. 2010.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. *A Escrita da História Escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. *A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história*. Caderno Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SILVA, Edson. *Povos indígenas: história, cultura e o ensino a partir da Lei 11.645*. Revista Historien UPE/Petrolina, v. 7, 2012.

SILVA, Maria de Fátima Barbosa da. *Livro didático de História: representações do ‘índio’ e contribuições para a alteridade*. Revista História Hoje, v. 1, n. 2, p. 151-168, 2012.

WITTMANN, Luisa Tombini. Introdução ou a Escrita da História Indígena. In: WITTMANN, Luisa Tombini (org.). *Ensino (d)e História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 15.